

BASES DO AUTORITARISMO BRASILEIRO



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES

Coordenadora Geral da Universidade

MARIA LUIZA MORETTI



Conselho Editorial

Presidente

EDWIGES MARIA MORATO

ALEXANDRE DA SILVA SIMÕES – CARLOS EDUARDO ORNELAS BERRIEL

CARLOS RAUL ETULAIN – CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO

DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN – IARA BELELI – MARCO AURÉLIO CREMASCO

PEDRO CUNHA DE HOLANDA – SÁVIO MACHADO CAVALCANTE

Simon Schwartzman

BASES DO AUTORITARISMO BRASILEIRO

E D I T O R A U N I C A M P

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Sch95b Schwartzman, Simon 1939-.
Bases do autoritarismo brasileiro / Simon Schwartzman. – 5. ed. – Campinas,
SP: Editora da Unicamp, 2015.

1. Autoritarismo – Brasil. 2. Brasil – Política e governo. 3. Brasil – História.
I. Título.

CDD 321.90981
320.981
981

ISBN 978-85-268-1224-6

Índice para catálogo sistemático:

1. Autoritarismo – Brasil	321.90981
2. Brasil – Política e governo	320.981
3. Brasil – História	981

Copyright © by Simon Schwartzman
Copyright © 2015 by Editora da Unicamp

1ª ed. 1982. Campus/Ed. UnB.
2ª ed. 1982. Campus.
3ª ed. rev. e ampl. 1988. Campus.
4ª ed. 2007. Publit Editorial (edição eletrônica).

5ª ed. 2015. Editora da Unicamp.
1ª reimpressão, 2021.

Opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas
neste livro são de responsabilidade do autor e não
necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Impresso no Brasil.
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

Sumário

Nota à quinta edição	7
Nota à quarta edição (2007)	11
Prefácio à terceira edição (1988)	13
Apresentação	39
1. Da teoria política à realidade histórica	45
<i>A crise das teorias de representação</i>	45
<i>Um marco de referência: Capitalismo ocidental e patrimonialismo</i>	57
<i>A perspectiva política: Cooptação e representação</i>	61
<i>A política como fenômeno espacial: As quatro regiões</i>	66
<i>Conclusão: Da teoria política à realidade histórica</i>	80
2. Neopatrimonialismo e a questão do Estado	87
<i>A questão do Estado</i>	87
<i>Patrimonialismo e feudalismo</i>	93
<i>Neopatrimonialismo</i>	98
<i>Processos políticos em regimes patrimoniais</i>	103
<i>Participação política e neopatrimonialismo</i>	107
3. Origens históricas: Centro e periferia sob dominação portuguesa	113

<i>O setor público e o setor privado</i>	113
<i>Os padrões de colonização: Bandeirantes e pioneiros</i>	116
<i>A trajetória de São Paulo e a Guerra dos Emboabas</i>	118
<i>A integração do Nordeste e a Guerra dos Mascates</i>	125
<i>A consolidação da fronteira e a formação do Exército nacional</i>	129
4. Dependência, expansão econômica e política patrimonial	135
<i>Dependência e expansão econômica dos países “novos”</i>	135
<i>Impulso externo e diferenciação interna: Argentina e Austrália</i>	139
<i>A agricultura, a indústria, o movimento operário e o Estado: Crítica e revisão de um modelo de desenvolvimento</i>	141
<i>A expansão do café: Iniciativa privada e o papel do Estado</i>	149
<i>Síntese: Poder oligárquico e dependência patrimonial</i>	160
5. Do Império à República: Centralização, desequilíbrios regionais e descentralização	167
<i>A vida política no século XIX</i>	167
<i>De províncias a estados</i>	171
<i>Regionalismo e centralização no movimento republicano</i>	175
<i>A base regional do militarismo: Rio Grande do Sul</i>	181
<i>São Paulo e Minas Gerais</i>	187
<i>A Revolução de 1930: Fatos e ideologias</i>	193
<i>A nova centralização</i>	200
6. A democracia representativa em perspectiva	207
<i>Uma perspectiva de análise</i>	207
<i>A participação política e o sistema partidário após 1945</i>	217
<i>A dinâmica do sistema: Os resultados eleitorais</i>	222
<i>A crise do sistema</i>	232
<i>Conclusões: O sistema eleitoral e a questão institucional</i>	238
Bibliografia	259
Índice remissivo e onomástico	277

Nota à quinta edição

Sou muito grato à Editora da Unicamp por esta reedição de *Bases do autoritarismo brasileiro*, livro que teve origem em minha tese de doutorado em ciência política pela Universidade da Califórnia, Berkeley, em 1973¹, publicada inicialmente em português como *São Paulo e o Estado nacional*². Esta versão se baseia na edição de 1982³, reeditada em 1988, com pequenas correções de estilo, atualização ortográfica e nas referências.

Muito mudou no Brasil, no mundo e nas ciências sociais nestes 40 anos, assim como na minha maneira de pensar, tornando desatualizadas ou superadas muitas das análises e discussões presentes no texto. No entanto, o livro não perdeu interesse, como pode ser visto pelas centenas de citações e comentários que continua recebendo, que se explicam, me parece, por duas razões principais. A primeira, mais conceitual, é que o livro foi um dos primeiros, junto com os de Raymundo Faoro⁴, Guillermo O'Donnell⁵ e Philippe

¹ Schwartzman, 1973a.

² *Idem*, 1975.

³ *Idem*, 1982.

⁴ Faoro, 1958.

⁵ O'Donnell, 1973.

Schmitter⁶, a colocar o tema do patrimonialismo burocrático e do autoritarismo no centro das interpretações sobre o sistema político brasileiro e latino-americano, que continuam pertinentes; e a segunda, mais substantiva, é a persistência dos temas das características do Estado brasileiro, do funcionamento do sistema político-partidário e, mais amplamente, da questão da democracia, tal como discutidos nas revisões mais recentes de Elisa Pereira Reis e Bolívar Lamounier⁷.

Com este trabalho concluído, comecei a voltar minha atenção não mais, diretamente, para o Estado e o sistema político, mas para a sociedade, e mais especialmente para o que denominei em algum momento de “política do conhecimento”⁸, ou seja, a maneira como a sociedade se organiza ou não para adquirir e ampliar as competências – da ciência e tecnologia à educação básica – sem as quais não há como implantar de forma duradoura a democracia e o desenvolvimento social; e também para as políticas sociais de maneira mais ampla, dentre as quais a educação ocupa parte central⁹. Sem surpresa, os temas do neopatrimonialismo, do corporativismo, da cooptação e da representação política, assim como o das clivagens regionais, se manifestam também em todas essas áreas, e é de grande importância entender o que vem ocorrendo e o que se pode esperar.

O crescimento econômico e a redução das desigualdades sociais na última década, no Brasil e em outros países como a Índia e a África do Sul, fez surgir a esperança de que, quem sabe, haveria um novo caminho de desenvolvimento com democracia que esses países estariam trilhando, evitando tanto a fascinação com o comunismo autoritário da China quanto as receitas extremas do econo-

⁶ Schmitter, 1971.

⁷ E. M. P. Reis, 2009; Lamounier, 2009.

⁸ Schwartzman, 1979; 1981.

⁹ Bacha & Schwartzman, 2011.

micismo liberal que ficaram conhecidas como o “consenso de Washington”. A participação em estudo comparado das experiências desses países me permitiu retornar à análise da natureza do Estado patrimonial burocrático e das condições para o desenvolvimento com democracia e mais justiça social no Brasil¹⁰. A crise econômica e político-institucional que se instalou no país a partir de 2014 mostrou que, sem superar de maneira significativa as práticas neopatrimonialistas entranhadas no sistema político brasileiro, não será fácil seguir adiante, e neste sentido o livro continua atual, na medida em que ajuda a refletir sobre suas origens e desdobramentos.

Rio de Janeiro, Natal de 2014.

¹⁰ Schwartzman, 2014.

Nota à quarta edição (2007)

Esta nova edição de *Bases do autoritarismo brasileiro*¹ reproduz integralmente o texto da edição original de 1982², que teve origem em minha tese de doutoramento defendida no Departamento de Ciências Políticas da Universidade da Califórnia, Berkeley, em 1973, com o título de *Regional Cleavages and Political Patrimonialism in Brazil*³, e publicada inicialmente no Brasil como *São Paulo e o Estado nacional*⁴. Ela reproduz, ainda, o Prefácio à terceira edição de 1988, que buscou colocar o livro, escrito no auge do regime militar, no contexto do que se chamava então Nova República.

Mais de 30 anos percorridos, uma das principais proposições do livro pareceria ter se cumprido. O que eu procurava mostrar em 1973 era como a dinâmica da vida política brasileira tinha tido sempre, como uma característica central, a relativa marginalização do centro econômico e mais organizado da “sociedade civil” no país, localizado predominantemente em São Paulo, e o núcleo do poder central, muito mais fixado no eixo Rio de Janeiro-Brasília, em aliança

¹ Rio de Janeiro, Publit, 2007.

² Schwartzman, 1982.

³ Disponível em <https://archive.org/details/RegionalCleavagesAndPoliticalPatrimonialismInBrazil>.

⁴ Difel, 1975.

com as oligarquias políticas tradicionais dos estados mais pobres. Mais do que diferenças geográficas, que têm o seu lugar, o que mais me importava eram as diferentes formas de organização e participação na vida econômica, social e política que coexistiam e disputavam espaço no país.

No Prefácio de 1988 eu dizia que

[...] foi de São Paulo que surgiram as pressões sociais mais fortes contra os poderes concentrados no governo federal, tanto por parte de grupos empresariais quanto pelo movimento sindical organizado; é em São Paulo, em última análise, que se joga a possibilidade de constituição de um sistema político mais aberto e estável, que possa dar ao processo de abertura uma base mais permanente.

A partir de 1995, com os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio da Silva e as candidaturas presidenciais de José Serra e Geraldo Alckmin, o centro de gravidade da política brasileira se transferiu para São Paulo. Nas eleições de 1994 e 1998, a oposição entre PSDB e PT se aproximou bastante do que poderíamos descrever como a disputa entre dois partidos políticos modernos, um com mais apoio nas classes médias e no empresariado, outro com mais apoio nos sindicatos e movimentos sociais independentes. Desde então, no entanto, os partidos políticos perderam substância, o clientelismo se ampliou, o sindicalismo e os movimentos sociais foram cooptados, e boa parte das antigas elites patrimonialistas manteve seu poder de sempre, agora como meras cleptocracias. O período “moderno” da política brasileira teve fôlego curto, e a política antiga está demonstrando ter uma enorme e inesperada capacidade de sobrevivência e metamorfose. Fica para os leitores a pergunta de por que isso é assim, e o que podemos esperar para o futuro.

Rio de Janeiro, julho de 2007.

Prefácio à terceira edição (1988)

I

Depois de 20 anos de regime militar, a Nova República encontrou o Brasil profundamente transformado. Ele é agora um país muito mais urbanizado, industrializado e populoso do que nos anos 1960. Ao mesmo tempo, as condições sociais parecem ter piorado: aumentou a desigualdade da renda, a criminalidade urbana parece fora de controle, os problemas de saúde pública são críticos. Quantas dessas transformações se devem ao regime político que imperou nas últimas décadas? Quantas ocorreriam independentemente dele?

A experiência do autoritarismo gerou muitas análises e controvérsias a respeito de seu verdadeiro sentido. Teriam sido esses anos apenas um desagradável acidente em um processo inelutável de desenvolvimento econômico, social e político, tal como as teorias do desenvolvimento dos anos 1950 e 1960 fariam supor? Ou, ao contrário, teriam sido eles uma simples volta a um padrão recorrente e mais profundo da sociedade ou da cultura brasileira, por natureza autoritárias e incapazes de evoluir para uma ordem democrática estável? Como entender os anos de regime autoritário? É possível dizer que o Brasil parou em 1964, para sair, 20 anos depois, de um grande pesadelo? Ou será que as transformações

ocorridas nesses anos foram suficientemente amplas e profundas, independentemente das intenções dos sucessivos governos militares, para que seja impossível pensar em um simples retorno aos tempos pré-64? E como interpretar a situação em que nos encontramos? Podemos supor que o padrão de desenvolvimento com desigualdade não passou de uma perversão dos regimes militares, a ser corrigida agora que vivemos em uma democracia? Ou, ao contrário, trata-se de uma característica mais permanente e profunda do autoritarismo brasileiro, e por isso fadada a persistir, fazendo com que o prognóstico de nossa incipiente democracia seja necessariamente pessimista?

É impossível responder a essas questões nesse nível de generalidade. Para abordá-las, é necessário ter um entendimento adequado de nosso passado social e político, das mudanças profundas que ocorreram nas últimas décadas e das repercussões que essa bagagem acumulada ainda tem na maneira pela qual nossa sociedade se move. Ao final deste trabalho não teremos ainda condições de saber com segurança o que o futuro nos reserva, mas teremos, pelo menos, uma ideia mais clara sobre as questões que estão em jogo.

Bases do autoritarismo brasileiro pretende ser uma contribuição para esse esforço. Sua versão inicial, com o título *São Paulo e o Estado nacional*, foi escrita e publicada no início dos anos 1970, portanto em plena vigência do AI-5 e nos anos mais duros do regime militar. A atual versão, republicada com simples correções de detalhes, foi escrita no início dos anos 1980, quando o processo de abertura política já se prenunciava como irreversível. O interesse contínuo que o livro tem encontrado ao longo desses anos parece confirmar que a temática do autoritarismo brasileiro não é um simples fenômeno passageiro, mas tem raízes profundas e implicações que não se desfazem por meros rearranjos institucionais. Reconhecer isso não significa supor que o Brasil padece de um estigma autoritário congênito, para o qual não existe salvação. Mas significa, isto

sim, que esse passado e suas conseqüências presentes têm que ser vistos de frente, para que tenhamos realmente chance de um futuro mais promissor.

//

Uma das teses centrais deste livro é que o Brasil herdou um sistema político que não funciona como “representante” ou “agente” de grupos ou classes sociais determinados, mas que tem uma dinâmica própria e independente, que só pode ser entendida se examinarmos a história da formação do Estado brasileiro. Essa tese parece incompreensível por uma visão de corte marxista ou economicista convencional, que tende a interpretar tudo o que ocorre em uma sociedade em termos de sua divisão de classes, mas torna-se mais inteligível em uma perspectiva weberiana, que distingue e trata de maneira diferenciada os sistemas de classe, os sistemas de dominação política e os sistemas de privilégio social e *status* em uma sociedade. É pela perspectiva weberiana que podemos ver que o Estado brasileiro tem como característica histórica predominante sua dimensão neopatrimonial, que é uma forma de dominação política gerada no processo de transição para a modernidade com o passivo de uma burocracia administrativa pesada e uma “sociedade civil” (classes sociais, grupos religiosos, étnicos, linguísticos, nobreza etc.) fraca e pouco articulada. O Brasil nunca teve uma nobreza digna desse nome, a Igreja foi quase sempre submissa ao poder civil, os ricos geralmente dependeram dos favores do Estado e os pobres, de sua magnanimidade. Não se trata de afirmar que, no Brasil, o Estado é tudo e a sociedade, nada. O que se trata é de entender os padrões de relacionamento entre Estado e sociedade, que no Brasil tem se caracterizado, através dos séculos, por uma burocracia estatal pesada, todo-poderosa, mas ineficiente e pouco ágil, e uma so-

cidade acovardada, submetida mas, por isso mesmo, fugidia e frequentemente rebelde.

Esse padrão de predomínio do Estado leva a que ele se constitua, historicamente, com duas características predominantes. Primeiro, por um sistema burocrático e administrativo que denominamos, para seguir a tradição weberiana, neopatrimonial, e que se caracteriza pela apropriação de funções, órgãos e rendas públicas por setores privados, que permanecem no entanto subordinados ao poder central e dele dependentes, formando aquilo que Raymundo Faoro chamou de “estamento burocrático”. Quando esse tipo de administração se moderniza, e segmentos do antigo estamento burocrático vão se profissionalizando e burocratizando, surge uma segunda característica do Estado brasileiro, que é o despotismo burocrático. Do imperador-sábio D. Pedro II aos militares da Escola Superior de Guerra, passando pelos positivistas do Sul e tecnocratas do Estado Novo, nossos governantes tendem a achar que tudo sabem, tudo podem, e não têm que dar muita atenção às formalidades da lei.

III

O jogo político que se desenvolve nessas condições consiste muito menos em um processo de representação de setores da sociedade no Estado do que em uma negociação contínua entre o Estado neopatrimonial e todo tipo de setores sociais quanto a sua inclusão ou exclusão nas vias de acesso aos benefícios e privilégios controlados pelo Estado. Não é uma negociação entre iguais: “fora do poder não há salvação”, dizia o velho político mineiro. A política é tanto mais importante quanto maior é o poder do Estado e, por isso, na tradição brasileira, todas as questões – religiosas, econômicas, educacionais – passam sempre pelo crivo do poder público. Essa nego-

ciação contínua leva a vários tipos de solução. Lideranças mais ativas são cooptadas pelo sistema político, e colocadas a seu serviço. O estamento burocrático brasileiro é permissivo, e incorpora com facilidade intelectuais, empresários, líderes religiosos e dirigentes sindicais. Quando a cooptação se institucionaliza, ela assume, muitas vezes, características corporativistas, que consistem na tentativa de organizar os grupos funcionais e de interesse em instituições supervisionadas e controladas pelo Estado. É por mecanismos corporativistas que o Estado brasileiro tem buscado, desde pelo menos os anos 1930, com grau relativo de sucesso, enquadrar os sindicatos, as associações patronais e as profissões liberais, incluindo aí todo o sistema de ensino superior.

O outro lado da cooptação é a exclusão, tanto dos processos políticos e decisórios quanto da eventual distribuição da riqueza social. O Estado Novo, ao mesmo tempo em que tratava de organizar e cooptar o operariado urbano, excluía o campesinato de qualquer forma de acesso a seus benefícios. A exclusão do campesinato é somente o exemplo mais flagrante do processo de modernização conservadora que tem caracterizado o desenvolvimento brasileiro. O regime pós-1964 tratou também de excluir os trabalhadores urbanos, os intelectuais e, em geral, as populações das grandes cidades de uma influência mais significativa na vida política do país. O sistema bicameral, em nome do princípio federativo, sobrerrepresenta no Senado os pequenos estados em detrimento das grandes concentrações populacionais do centro-sul, e distorções semelhantes também existem para a Câmara de Deputados. É um quadro que já vem da Constituição de 1946 e sobrevive ao regime militar.

Além de cooptar, enquadrar ou excluir pessoas e setores da sociedade, o Estado neocorporativista desenvolve uma atividade econômica que pode ser caracterizada como neomercantilista. Como no mercantilismo dos velhos tempos, o Estado se intromete em empreendimentos econômicos de todo tipo, tem seus bancos, in-

dústrias próprias e protege as firmas de exportação e comercialização de produtos primários. Em parte, isso é feito através de suas próprias empresas; mais tradicionalmente, no entanto, a atividade neomercantilista se exerce pela distribuição de privilégios econômicos a grupos privados, nacionais ou internacionais, que estabelecem assim alianças de interesse com o estamento burocrático.

A última característica do Estado neocorporativista é seu aspecto plebiscitário, ou populista. O que caracteriza o populismo é a tentativa de estabelecer uma relação direta entre a liderança política e a “massa”, o “povo”, sem a intermediação de grupos sociais organizados. O populismo plebiscitário, como a experiência do fascismo europeu tão bem demonstrou, é a outra cara do autoritarismo. A relação entre essas duas coisas, no entanto, não é simples. Nunca se investiu tanto em relações públicas e publicidade no Brasil quanto nos anos de governo militar. Mas isso não foi suficiente para dar a esse regime uma dimensão populista, que foi, entretanto, uma característica marcante de certos momentos do regime getulista. Existe, além disso, uma diferença profunda entre o populismo plebiscitário e o populismo de tipo fascista. O primeiro é pouco mais do que um instrumento de legitimação do poder, e, por isso, é geralmente mantido dentro de limites “convenientes”. O segundo, porém, é utilizado para a própria conquista e manutenção do poder, uma situação em que se torna difícil contê-lo em seus limites. O Estado brasileiro convive bem com o primeiro, mas tem horror às ameaças do segundo.

IV

Diante de um Estado com essas características, como se estrutura a sociedade? Em parte, ela segue uma dinâmica própria, que não se explica nem se entende pelo que ocorre em nível político. O país

passou, da escravatura para o trabalho livre, por um processo dramático de deslocamento populacional do campo para as grandes cidades e de estímulo à imigração, desenvolveu um parque industrial de grandes proporções na região centro-sul, e não se pode dizer que tudo isso ocorreu por decisão ou intenção dos governos, ainda que o Estado neopatrimonial tratasse sempre de influenciar ou condicionar esses processos. Do ponto de vista político, no entanto, pode-se observar que a sociedade brasileira tende a ser, em geral, dependente do Estado para a obtenção de benefícios, sinecuras, autorizações, empregos, regulamentos, subvenções. A outra face da dependência é a clandestinidade. Como o Estado pretende controlar tudo (sem, no entanto, consegui-lo), comportamentos não regulados passam a ser vistos como ilegítimos, mas ao mesmo tempo aceitos de forma tácita e consensual: a economia informal, o jogo do bicho, as religiões populares, o contrabando, o poder privado em suas diversas manifestações, os sistemas familiares que se constituem à margem das normas e da moral estabelecida. Com isto, a vida cotidiana tende a ser desprovida de conteúdos éticos e normativos, uma situação endêmica de anomia, cujas conseqüências ainda não foram plenamente entendidas por nossos cientistas sociais.

O caso da Igreja Católica é interessante como ilustração dessas relações entre o Estado e a sociedade. O que é a Igreja: Estado ou sociedade? Na tradição portuguesa do padroado, transposta para o Brasil, a Igreja é parte do Estado, em uma simbiose na qual a religião cuidava dos ritos e da educação sem se intrometer no poder político constituído à sua revelia – na realidade o legitimando. A elite política brasileira sempre foi muito mais racionalista, maçom ou positivista do que propriamente católica, e as vezes em que a Igreja disputou o poder com o Estado – como quando da Questão Religiosa no século XIX – a elite política reagiu com energia.

Nas décadas de 1920 e 1930 a Igreja busca, pela primeira vez, se constituir em movimento social e intelectual autônomo e capaz de

influenciar decisivamente a política do país, agindo, assim, do lado da sociedade. Ela termina, no entanto, cooptada pelo regime varguista, que lhe entrega o Ministério da Educação e lhe rouba, ao mesmo tempo, a bandeira do ensino privado, que só seria retomada, com timidez, no pós-guerra. O caráter semioficial, mas subalterno, da Igreja Católica contribui muito para o formalismo e a pouca convicção que caracterizam grande parte do catolicismo tradicional brasileiro, em contraste com a intensidade das formas mais espontâneas e “clandestinas” de religiosidade popular. A redescoberta da sociedade vitaliza os movimentos de Ação Católica nos anos 1960, se prolonga no envolvimento da Igreja com as questões de direitos humanos nos anos de autoritarismo militar e prossegue no envolvimento aparentemente irreversível de setores importantes da Igreja com os movimentos comunitários do campo e das periferias urbanas. Uma das facetas importantes dessa redescoberta é a tentativa de incluir na vida social e comunitária um conteúdo ético e moral que se tornara impossível de estimular a partir da tradicional identificação entre a Igreja e a ordem política estabelecida. Os sucessos, as dificuldades e os conflitos internos que a Igreja vem experimentando nesse processo refletem os dilemas da superação de uma ordem política autoritária e hierárquica e sua substituição por formas novas de organização e participação social.

V

O quadro esboçado até aqui descreve, em linhas muito amplas, a situação brasileira até o início da Segunda República, em meados do século XX, assim como alguns de seus desdobramentos mais visíveis. A partir daí a sociedade brasileira entra em grandes transformações, entre as quais se evidencia principalmente um processo de crescimento demográfico acelerado que se faz acompanhar da